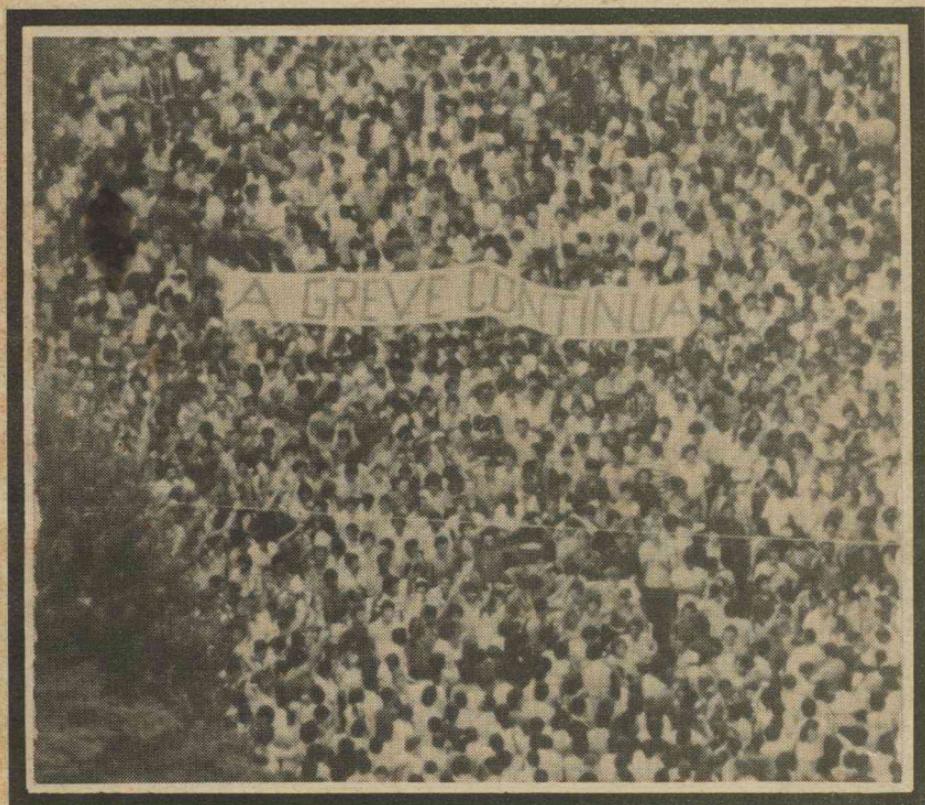


*Por um Movimento
Operário, Combativo,
Unido e Consciente*



BIBLIOTECA
DO

PC do B1981 — Cr\$ 20,00

REGIONAL RN

BIBLIOTECA
DO
P C do B
REGIONAL / RN

BIBLIOTECA
DO
P C do B
REGIONAL / RN

Nº 053

POR UM MOVIMENTO OPERÁRIO COMBATIVO, UNIDO E CONSCIENTE!

Voltar-se prioritariamente para a classe operária, ligar-se estreitamente às massas trabalhadoras — eis uma das mais importantes tarefas da vanguarda proletária no Brasil. Para realizá-la com êxito é necessário estabelecer as linhas gerais e específicas de sua atuação no movimento operário.

A orientação aqui delineada não particulariza todas as tarefas, nem determina sua aplicação em quaisquer circunstâncias. Traça a linha a ser seguida, dentro de uma realidade concreta.

A experiência adquirida com a realização das diretrizes indicadas enriquecerá nossa prática e abrirá novos horizontes ao trabalho revolucionário no movimento operário.

— A SITUAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Nestes últimos vinte anos, o Brasil desenvolveu-se à base de um capitalismo de caráter dependente. Criaram-se grandes indústrias. Intensificou-se a produção capitalista no campo. A burguesia passou por um processo de concentração e de reforçamento dos monopólios. Elevaram-se os lucros, sobretudo os das multinacionais que dominam boa parte da economia brasileira. Em dois ou três anos de atividade no país, o capital estrangeiro se recompõe totalmente.

Como resultado desse desenvolvimento, cresceu também a classe operária nas cidades e no campo, elevando seus efetivos a mais de dezessete milhões. Ao invés do trabalho disperso em numerosas fábricas, o grosso do proletariado concentrou-se em grandes empresas, algumas das quais contam de 30 a 45 mil operários. Simultaneamente, aumentaram as dificuldades de vida da população laboriosa. São fenômenos inevitáveis, com o avanço do capitalismo. O número de explorados e as desigualdades sociais são bem maiores, acentuou-se o empobrecimento relativo e absoluto do proletariado.

O desenvolvimento capitalista não trouxe benefícios efetivos aos verdadeiros produtores, ainda que tivesse contribuído para expandir o mercado da mão-de-obra e elevar o nível técnico de uma parcela dos assalariados.

Tomada em seu conjunto, a situação da classe operária agravou-se bastante. Os seus salários, particularmente nos anos de ditadura, estiveram contidos à força pelo arrocho oficial. O governo impôs — e prossegue impondo — as normas permissíveis de majoração dos salários, muito aquém do crescimento do custo de vida e em enorme desproporção com o lucro das empresas. A fim de justificar o arrocho, os ministros da economia manipularam os dados estatísticos e pregaram a mentira de que, primeiro, se devia deixar crescer o “bolo” para depois dividi-lo. Hoje, inventaram a balela dos aumentos em função da produtividade, cujos índices, segundo eles, não podem ir além de 7% nos acréscimos salariais. A produtividade, porém, é critério de difícil aferição. O fundamental são os lucros das empresas. E estes vão de 30 a 80% ou mais. Os bancos, por exemplo, tiveram em 1980 ganhos superiores a 100%, conforme levantamento feito pelo “O Estado de S. Paulo”.

O salário real perdeu, nestes últimos vinte anos, 49,8% do seu valor. Em 1959, para comprar os artigos necessários à sua alimentação, o operário precisava trabalhar 65 horas e 5 minutos; em 1969, 110 horas e 23 minutos; e em 1978, 137 horas e 37 minutos (estatísticas do DIEESE, de São Paulo). De lá para cá, a situação piorou mais ainda. Isto dá um quadro da superexploração capitalista no país.

Premidos pelas dificuldades, os assalariados viram-se obrigados a fazer horas-extras, no interesse dos patrões. Os horários normais são hoje de 10 a 12 horas diárias. A conquista das 8 horas de trabalho extinguiu-se na prática, só existe no papel.

À insuficiência dos salários juntou-se a carestia, estimulada pelos altos níveis inflacionários, que infernizava e inferniza a vida dos trabalhadores. Nos doze meses passados (de fevereiro de 1980 a janeiro de 1981), a inflação chegou a 110%. Os preços dos gêneros de primeira necessidade dispararam e são muitos os produtos em falta no mercado, ocasionando, quando aparecem, brutal elevação de seu custo.

A par das remunerações minguadas, inúmeras conquistas sociais foram liquidadas. A estabilidade no emprego desapareceu, substituída por um Fundo de Garantia enganoso. Suprimida a estabilidade, acelerou-se a rotatividade da mão-de-obra.

Os aumentos de salários duram pouco tempo, devido a essa rotatividade, por meio da qual os capitalistas despedem os operários antigos e contratam novos com menor paga. A perseguição aos trabalhadores é facilitada: somente a Manesmann, empresa alemã em Minas Gerais, demitiu mais de dois mil metalúrgicos, em três meses, depois da greve de 1978, admitindo outros tantos com remuneração inferior.

Alastra-se o desemprego. Com o aprofundamento da crise, agravada pela política governamental e pela repercussão da conjuntura econômica do mundo, milhares e milhares de proletários são despedidos sumariamente e não encontram ocupação. Não há seguro-desemprego. Tudo isto influi negativamente no preço de venda da força de trabalho, que cai com o crescimento do exército de reserva da mão-de-obra ociosa e com a concorrência entre os próprios operários pela obtenção de emprego.

As condições de trabalho tornaram-se mais duras. Os elevados ritmos de produção e a intensidade do trabalho desgastam seriamente as energias dos que produzem. Devido à intensificação da exploração e à falta de condições de segurança, avolumam-se os acidentes, incluindo os causados pela poluição e a insalubridade, que comprometem definitivamente a saúde dos acidentados. Somente durante o ano passado, segundo declaração do ministro da Previdência Social, houve 981.633 **afastamentos do serviço** por acidentes no trabalho. Os operários são vigiados nas empresas onde se utilizam até mesmo circuitos fechados de TV. A seção de "segurança", que outra coisa não é senão a polícia privada dos patrões, compõe-se de vigias especializados e de agentes do DOPS e das Forças Armadas. À entrada e à saída dos operários efetuam-se revistas individuais humilhantes. Não se admite o ingresso com folhetos ou jornais dos sindicatos. A atitude dos chefes e capatazes com relação às mulheres operárias é degradante.

Agravou-se também o problema da moradia. Os trabalhadores, em grande número, habitam as favelas e as periferias das cidades, onde há falta de água, de esgoto, de calçamento, do mínimo de higiene e conforto, e onde o transporte é mais caro e difícil. Poucas são as casas populares construídas pelo BNH, e as que o são tornam-se inacessíveis à renda dos proletários.

Os trabalhadores são lesados nos fundos sociais depositados obrigatoriamente em estabelecimentos oficiais de crédito. Nos últimos doze meses, já foram esbulhados em mais de 50% nos saldos das contas do FGTS, do PIS e do PASEP, pois o governo fez uma correção monetária nessas contas em desacordo com a perda do valor do cruzeiro.

No campo, onde labutam milhões de pessoas, a situação dos assalariados agrícolas é das mais sofridas. Têm péssimas condições de trabalho, salários baixíssimos e, além do mais, são roubados no resultado de sua faina diária em virtude das formas arbitrárias de medição das tarefas pelas quais recebem o pagamento. A fome aflige os pobres do campo. Não há horário de trabalho, nem se aplica a legislação trabalhista. Enorme é a exploração de mulheres e menores.

Politicamente, a classe operária não desfruta de liberdade. Junto com os camponeses, constitui a força mais oprimida da sociedade. Muitos são os trabalhadores presos durante as greves ou enquadrados na Lei de Segurança Nacional por terem reclamado melhores condições de vida e de trabalho. Os sindicatos estão submetidos a constantes intervenções ministeriais, os militares atacam o movimento paredista. Os analfabetos — a maioria dos quais se encontra entre os trabalhadores — não podem votar. Nega-se a legalidade ao partido do proletariado, o Partido Comunista do Brasil.

A situação difícil da classe operária enquadra-se nos marcos de um regime político contrário aos interesses da grande maioria da nação.

II — REGIME ARBITRÁRIO, ANTIOPERÁRIO, ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR

Desde 1964 impera no país uma ditadura militar. Os generais derrubaram o governo de Goulart, alegando desmandos financeiros, corrupção e subversão. Diziam-se salvadores da pátria. Mal chegaram ao poder, voltaram-se imediatamente contra a classe operária e o povo, tratados como inimigos.

Passados dezessete anos, o Brasil encontra-se às portas da insolvência. A inflação é maior do que no governo Goulart, a corrupção estende-se a todas as esferas da administração, a dívida

externa multiplicou-se por vinte, já ultrapassa os 60 bilhões de dólares. O país é hoje mais dependente do capital estrangeiro do que nunca. Uma crise profunda abate-se sobre a nação em decorrência da desastrosa política econômica e social em vigor.

Não foi para salvar o país que os generais deram o golpe e se mantêm há tanto tempo no Planalto. Foi para reprimir o movimento popular e defender os interesses da grande burguesia, dos latifundiários aburguesados e dos imperialistas. A serviço destas forças, elas tentaram um novo modelo econômico de desenvolvimento nacional. Realizaram-no através dos investimentos estrangeiros, do reinvestimento de lucros elevados das multinacionais, da "poupança" capitalista à custa dos trabalhadores e das massas populares.

O povo brasileiro foi quem pagou e continua pagando, curvado ao peso das exigências governamentais, o famigerado modelo aplicado pela ditadura. Modelo fracassado, de profundas distorções da economia, de venda das riquezas nacionais, de entrega de mão beijada de milhões de hectares de terra às empresas e aos magnatas estrangeiros. E apesar do fracasso, o governo continua insistindo na mesma política antipopular e antinacional.

Para cumprir os objetivos do golpe, os generais liquidaram as mais elementares liberdades e submeteram os trabalhadores e o povo a um regime de arbítrio, violências e crimes. Acima de meio milhão de patriotas e democratas foram presos, indiciados em inquéritos policiais, torturados nas prisões, assassinados nos cárceres e nas ruas.

Esse regime, porém, entrou em crise. Cada vez mais isolados e odiados, forçados pela pressão popular e democrática, os militares manobram e ensaiaram uma pretensa abertura política, que, no essencial, pouco modificou o sistema despótico. Se terminou com o AI-5, põe em prática, em seu lugar, todo um mecanismo de restrições democráticas e de repressão sistemática contra o povo, apelando inclusive para o terrorismo. Os atuais donos do poder não querem abandonar as posições de mando que usurparam com o golpe de 64. Não querem abrir mão do monopólio do poder político.

A perspectiva, com os militares no governo, é de maior agra-

vamento das condições de vida dos trabalhadores e das massas populares. E de tentativas de recrudescimento das barbaridades anteriormente cometidas. Tudo isso, no entanto, conduz a séria crise social, determina o aparecimento de vasto descontentamento entre a população, gera objetivamente uma situação revolucionária.

A única solução justa que se apresenta ao povo é a derrocada do regime militar, através de poderosa mobilização das grandes massas, por meio das lutas decididas e em processo de radicalização, que abalem e destruam os alicerces da dominação oligárquica amparada e representada pelas Forças Armadas. A derrota de tal regime deve conduzir à criação de um governo das forças democráticas e da unidade popular, provisório, que liquide todas as leis arbitrárias, assegure a liberdade política mais completa e convoque uma Assembléia Constituinte, livremente eleita.

Lutando por essa alternativa que interessa a largos setores da população brasileira, os trabalhadores devem propagar, ao mesmo tempo, a idéia de um novo regime — a democracia popular, rumo ao socialismo, único meio de assentar base firme no sentido do verdadeiro progresso, da liberdade, de um futuro feliz para o povo.

III — CRESCENTE RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES À EXPLORAÇÃO E À OPRESSÃO

A despeito da repressão violenta, o proletariado não se tem submetido passivamente a semelhante estado de coisas. É uma força de oposição conseqüente, embora ainda pouco ativada. Durante o período mais negro da ditadura, recorreu a ações defensivas. Fez greves “tartaruga”, paralisações momentâneas do trabalho, quebra-quebras de trens e ônibus deficientes e inservíveis, enviou memoriais e abaixo-assinados às autoridades. Não podia contar com os sindicatos, dominados por agentes da reação e fiscalizados pela polícia.

A partir de 1978, a classe operária começou a romper o cerco do governo e dos empresários. Apoiada em direções sindicais mais próximas dos trabalhadores ergueu-se em vigorosas greves, particularmente em São Paulo onde se acha a maior parte do proletariado brasileiro. Desde então, cerca de cinco milhões de

assalariados recorreram a essa forma de luta. Destaca-se a greve do ABC, em 1980, da qual participaram mais de 200 mil metalúrgicos, rica de ensinamentos, cuja duração atingiu 41 dias. Também no campo iniciaram-se vastas ações de massas, entre as quais a greve de 240 mil cortadores de cana, no Nordeste.

Essas lutas constituem importantes vitórias do proletariado. São vitórias principalmente no terreno da reconquista do direito de greve, na prática. Quebraram a draconiana contenção de greves feita pela ditadura durante anos e anos de arbítrio. Nelas, os trabalhadores experimentaram suas forças e mediram suas possibilidades contra a reação e os grandes capitalistas, puseram-se de pé e ganharam confiança em si mesmos. Desafiaram a política dos generais, dispostos a levar adiante o combate por seus direitos e reivindicações. Tais paralisações tiveram também alcance político. Desmascararam o governo militar e a suposta **abertura** de Figueiredo. Repercutiram entre os setores democráticos e populares, contribuindo para fortalecer o movimento pela liberdade e contra o regime autoritário. Lançaram a classe operária como força de primeira grandeza no cenário nacional.

As lutas do proletariado não têm cessado. Por sua amplitude e combatividade arrastaram outros segmentos de assalariados. São numerosas, e também combativas, as greves dos professores, dos médicos-residentes e de outras categorias, que envolvem geralmente a classe média. Essas lutas refluem momentaneamente e retornam com mais ímpeto. Algumas medidas do governo, fruto da própria luta, como, por exemplo, os reajustes semestrais de salários, atuam no sentido de refrear, passageiramente, o ascenso do movimento paredista. Mas as greves continuam e tendem a se desenvolver. Os fatores objetivos que determinaram a maré grevista continuam pressionando, em escala até maior. Acentuou-se a exploração patronal. Por outro lado, a atual geração de trabalhadores sentiu a força de sua união, que chegou a arrancar a vitória de várias reivindicações. No plano político, o país defronta-se com um governo mais isolado do que antes. Não é difícil constatar que esses fatores empurram o movimento operário para uma nova onda de lutas, com características ainda mais avançadas. Os trabalhadores começam a compreender a necessidade de atos de maior envergadura, sem desprezar as ações cotidianas

de menor vulto, que preparam, muitas vezes, os grandes movimentos reivindicatórios.

A classe operária procura os meios mais eficazes de reagir contra o arrocho salarial, contra as intervenções nos sindicatos, contra a política reacionária dos patrões e do governo. Os operários se perguntam como proceder para avançar e realizar seus objetivos. Sentem que se intensifica a ofensiva conjugada de empresários e governantes para lançar sobre suas costas o peso da crise que o país atravessa. A indignação e mesmo a revolta se apossam dos trabalhadores. Como disseram os operários de São Bernardo ao retornar ao trabalho depois da última parede: "Trazemos para junto das máquinas o ódio de classe". O proletariado preocupa-se com o futuro imediato e esse futuro depende do conjunto da luta do povo, em especial da luta política e sindical de larga projeção.

Preparar-se melhor para os grandes combates que se avizinhavam é questão essencial colocada diante dos assalariados das cidades e do campo. Isto implica também em livrar-se das concepções erradas que procuram influir no movimento proletário.

IV — FORÇAS ATUANTES NO MOVIMENTO OPERÁRIO

Numerosas são as tendências e correntes políticas e ideológicas que atuam no movimento operário. Algumas há bastante tempo, outras, recentemente. Todas disputam açodadamente influência no seio da classe operária.

Os oportunistas do chamado Partido Comunista Brasileiro, outrora dirigido por Prestes, conservam pontos de contato com o movimento sindical, apoiando-se, de maneira geral, em velhos pelegos. Defendem uma orientação reformista, um sindicalismo de colaboração de classes. Embora pregando reivindicações econômicas e falando em liberdade sindical, seu objetivo é amortecer os choques de classes, frustrar a radicalização das lutas e pôr sob seu controle os sindicatos e as entidades que os agrupam.

O reformismo em geral constitui uma corrente antiga no movimento operário e sindical, se bem que sem estruturação orgânica. Não é representada unicamente pelos revisionistas do PC Brasi-

leiro, mas igualmente por larga camada de pelegos, burocratas sindicais, agentes do Ministério do Trabalho e elementos de setores religiosos. É uma corrente caracterizada especialmente pelo apoliticismo, propagando a opinião de que os trabalhadores e os sindicatos devem cuidar exclusivamente da melhoria das condições de vida e de trabalho, das reivindicações de natureza econômica, das questões assistenciais e recreativas das massas. Querem apenas o "aperfeiçoamento" da legislação trabalhista.

Recentemente, procura incrustar-se no movimento operário uma tendência social-democrata, representada, em particular, por grupos ligados ao denominado Partido dos Trabalhadores. A social-democracia que, nos seus primórdios, internacionalmente, era uma corrente revolucionária, transformou-se após a I Guerra Mundial numa força oportunista e de traição aos interesses fundamentais do proletariado. Desde há muito, é um dos principais esteios do capitalismo, uma organização destinada a corromper a consciência de classe dos operários, a desviá-los do caminho de sua emancipação. Usa linguagem classista a fim de enganar as massas. Sua finalidade, porém, é afastar os trabalhadores da verdadeira senda do socialismo, combater a autêntica organização de vanguarda, marxista-leninista, do proletariado.

Também esforçam-se para penetrar no movimento operário as várias tendências trotsquistas. Sua atividade é marcada por um aparente radicalismo, quando, na realidade, estão ligadas aos social-democratas. Sem possibilidades de apresentar-se com a fisionomia própria ante a classe operária, acoplaram-se com o PT, no qual têm postos de direção. Agem como força diversionista e até mesmo de provocação. São partidários de um sindicalismo estreito, divisionista, empenhando-se em criar organizações paralelas, inexpressivas, sob o seu comando.

Alguns setores da Igreja Católica coincidem com a orientação trotsquista, particularmente no que diz respeito ao apoio à social-democracia e à criação de entidades paralelas no plano sindical.

Todas estas correntes e tendências têm um traço comum — a colaboração de classes, a defesa do sistema de exploração capitalista, não obstante o palavreado demagógico e mesmo anticapitalista. São agentes da burguesia no movimento operário.

Entretanto, a esmagadora maioria do proletariado não está

vinculada, organicamente, a quaisquer dessas tendências. Manifesta-se como força independente, lutando por seus interesses ou mantendo-se à margem da atividade social e política, fracamente mobilizada para um trabalho permanente, ainda pouco conscientizada de suas tarefas essenciais.

A única corrente autenticamente proletária que propugna a liquidação definitiva do sistema de exploração e de opressão da classe operária, em nosso país, é o Partido Comunista do Brasil. Defende uma política de classe, unitária e conseqüente, que visa a conquista do progresso e justiça sociais, sem menosprezar as reivindicações imediatas e mais sentidas das massas. Pleiteia a transformação dos sindicatos em órgãos de luta de classes, ou seja, num sindicalismo revolucionário, verdadeira razão de ser dessas organizações de resistência e combate ao capitalismo. Pretende dirigir o proletariado, em aliança com os camponeses, para alcançar no Brasil um regime operário, socialista.

É evidente que o avanço dos trabalhadores no plano social e político, bem como o revigoramento de suas organizações de classe, liga-se à necessidade de uma orientação correta para o movimento operário, que conduza ao isolamento e à derrota as correntes oportunistas e diversionistas, e crie as condições para a vitória das grandes massas trabalhadoras.

V — A POLÍTICA DO PARTIDO PARA O MOVIMENTO OPERÁRIO

O Partido Comunista do Brasil, como vanguarda marxista-leninista do proletariado, fixa aqui sua linha de conduta com relação ao movimento operário. A política do Partido orienta-se no sentido da defesa dos interesses do proletariado, a classe mais revolucionária da sociedade, e de conduzi-lo às grandes ações políticas de massas, conjuntamente com as correntes democráticas e patrióticas, para mudar a correlação de forças no plano nacional, pondo fim ao regime arbitrário e favorecendo a conquista de novos rumos para o país.

Neste particular, têm grande importância a ativação e a unidade dessa classe, objetivos que se entrosam com o movimento sindical e a organização dos trabalhadores nas empresas, assim como com o movimento democrático em curso. Os êxitos nesse

terreno dependem da concretização de uma série de tarefas interligadas que podem significar um salto qualitativo na atuação do operariado.

Essas tarefas são as seguintes:

1ª - A INTENSIFICAÇÃO DA LUTA DO PROLETARIADO

O Partido considera imprescindível a intensificação da luta dos trabalhadores. Sem resistência e sem luta, eles nada obterão. Não será através da conciliação e dos acordos de cúpula mal encaminhados, em geral nocivos, que conseguirão se impor e alcançar vitórias. A defesa de seus direitos e a satisfação de suas exigências reclamam um combate firme e persistente contra os capitalistas e seu governo reacionário.

Os pelegos e os oportunistas, tal como os governantes e o empresariado, procuram desencorajar os trabalhadores. Argüindo com alguns resultados insatisfatórios em determinadas greves, tratam de convencê-los da inutilidade desses métodos de ação. Dizem que só acarretam prejuízos, com os dias parados, com a dispensa em massa, com a intervenção nos sindicatos, etc. No entanto, a falta de maior êxito reside, entre outros fatores, na maneira como as greves vêm sendo conduzidas. Os que as dirigem, com algumas exceções, não as orientam com firmeza, são defensivos, carentes de confiança nas massas. Aceitam passivamente as medidas repressivas, dificultam a formação de piquetes, recusam-se a apelar para o apoio e a solidariedade de outros setores operários e populares, impedem as iniciativas de base e negam aos operários mais combativos o uso da palavra nas assembléias e reuniões sindicais.

A burguesia e o governo não toleram a greve, que é uma batalha da luta de classes. Empenham-se em desmoralizá-la e fazê-la fracassar. Especulam com a fome, uma vez que os proletários vivem de salários e não têm outro meio de subsistência. Se não trabalham não ganham, nem comem. Embora a paralisação da empresa traga, de imediato, prejuízos ao capital, a burguesia julga mais conveniente quebrar o ânimo dos paredistas e forçá-los a capitular. Além do mais, ela tem do seu lado os órgãos de repressão, o Ministério do Trabalho e os Tribunais do Trabalho, aquele intervindo nos sindicatos, estes decretando a ilegalidade da greve.

Tem igualmente a Justiça Militar para condenar dirigentes sindicais grevistas.

A greve, porém, é uma grande e poderosa arma nas mãos dos operários. Bem manejada não somente golpeia fundo o capital como desperta as massas numa escala incomum para a verdadeira solução de seus problemas fundamentais. Eleva a consciência de classe dos trabalhadores, une-os mais ainda. Mesmo quando não alcança sucesso imediato, prepara o terreno para as vitórias de amanhã.

A vida vai mostrando ser necessário intensificar e elevar o nível das lutas. A reação e o patronato não cederão facilmente. E a tendência é o agravamento brusco e continuado da conjuntura econômica. Se o operariado não lutar, sobre ele recairá a carga maior das dificuldades. Suas ações precisam ter caráter amplo e ofensivo a fim de ficar à altura das contra-medidas dos patrões e do governo, cada vez mais extremadas. Em certos casos, já não basta a paralisação de uma só empresa. Faz-se indispensável pensar em termos de greves de maior amplitude, abrangendo todo um ramo da produção. E evoluir da greve parcial para a greve geral, que é uma forma de luta mais avançada, capaz de vencer a resistência da burguesia e do governo. Simultaneamente com as greves, torna-se necessário apelar para os protestos públicos; para as demonstrações de rua (o desfile, a passeata, o comício), para as ações comuns com outros setores operários, populares e democráticos. Numa situação crítica impõe-se recorrer à greve geral política e a ações ainda mais radicais. É nesse processo que os trabalhadores avançarão e alcançarão melhores condições de vida e de trabalho, farão valer os seus direitos, projetarão nova perspectiva de liberdade e justiça social no país.

2ª - O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DE MASSAS DOS TRABALHADORES

O Partido considera como questão fundamental para o proletariado o fortalecimento de suas organizações. Nas condições atuais, as exigências dos trabalhadores somente vingarão se eles estiverem apoiados em fortes organizações sindicais de massa. A causa de alguns insucessos está no fato de serem ainda débeis

suas entidades de classe. Embora muitos sindicatos contem com milhares de membros em seus quadros sociais, são instituições burocráticas, sem vida, reunindo fraca porcentagem de associados nas assembléias.

Nos anos da ditadura militar-fascista, os sindicatos foram submetidos a severo controle policial. Os pelegos tomaram conta da maior parte deles. Falavam em nome dos operários mas de fato não os representavam. Os sindicatos atuavam como simples apêndices da política do governo, transformados em órgãos assistenciais e centros de recreação, instrumentos para homologar acordos e contratos coletivos impostos pela ditadura e pelos empregadores. Tal modo de proceder contribuiu para que aumentasse a exploração da classe operária e fossem suprimidas a maioria de suas conquistas.

Mas a única organização de massas, embora precária, de que o proletariado dispõe é o sindicato. Dentro dele é que se deve atuar. Não seria justo criar associações paralelas em contraposição aos sindicatos, ou manter-se à margem destas entidades sob a alegação de que aí dominam os pelegos. Os comunistas devem neles ingressar e participar ativamente de sua vida associativa, esforçar-se para realizar permanentemente a sindicalização maciça do proletariado.

É inadiável fortalecer os sindicatos, transformá-los em órgãos de luta de classes. Com este objetivo, precisa-se desenvolver um amplo movimento de renovação sindical, renovação em todos os sentidos, com estilo dinâmico que atraia e mobilize a classe operária em função dos seus interesses, e possibilite o surgimento de um sindicalismo verdadeiramente de massas.

Para cumprir suas finalidades, os sindicatos necessitam tornar-se núcleos ativos e permanentes de atuação dos trabalhadores. Não podem ser burocráticos, reunindo assembléias unicamente com o fim de preencher, de maneira formal, funções estatutárias. Tampouco devem ser organizações que apenas se movimentam nos períodos dos dissídios coletivos ou dos acordos salariais. O sindicato é uma casa coletiva do trabalhador, que levanta suas reivindicações gerais e específicas, debate seus problemas políticos buscando saídas, recolhe e sistematiza a experiência da luta, desenvolve a educação classista. Tem de estar continua-

mente voltado para a defesa das massas laboriosas em todos os aspectos: remuneração, cumprimento das leis trabalhistas, alimentação dos assalariados, condições de moradia e transportes, proteção ao trabalho das mulheres e dos menores, prevenção de acidentes, carestia de vida, etc. Cabe-lhe igualmente cuidar da vida cultural e recreativa de seus associados. E ser, antes e acima de tudo, o organizador da luta no terreno sindical. É através das lutas vigorosas, dirigidas com habilidade, pelas reivindicações sentidas que os sindicatos se converterão em amplas organizações de massas.

Um passo importante no fortalecimento da entidade de classe e no processo da renovação sindical é a destituição dos pelegos dos postos que ocupam. Eles são um entrave à luta do proletariado, vivem à custa dos trabalhadores mas servem à burguesia e ao seu governo. Enganam as massas com promessas que não cumprem. (Joaquinzão, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na campanha salarial de fim do ano passado, chegou a distribuir volantes em que dizia: "Parece inevitável a paralisação do trabalho. Precisamos adaptar nossa organização para a greve". Ele, porém, já havia acertado com os patrões uma fórmula de conciliação e de traição ao desejo das massas. E manobrou na assembléia para aprovar esse acerto traiçoeiro em meio à confusão propositadamente criada.) Os pelegos dividem a classe operária, e quando se vêem ameaçados apelam para a polícia e para os grupos provocadores.

Há que organizar uma ampla e unitária campanha visando a isolar os pelegos e arrancar os sindicatos de suas mãos. Tal campanha tem caráter de oposição, mas de oposição ao peleguismo e jamais ao sindicato ou aos elementos das diretorias bem-intencionados embora burocratizados que não dificultam a participação das massas nos sindicatos nem o encaminhamento de suas lutas. A deposição dos pelegos deve ser feita à base da união dos trabalhadores, por meio da ação de massas e nunca através de cúpulas muitas vezes distanciadas da classe operária. Se não se consegue deslocar o pelego nos primeiros embates há que continuar na oposição dentro do sindicato, fazendo pressão de massas, obrigando à convocação de assembléias e debates destinados a tratar questões de interesse social.

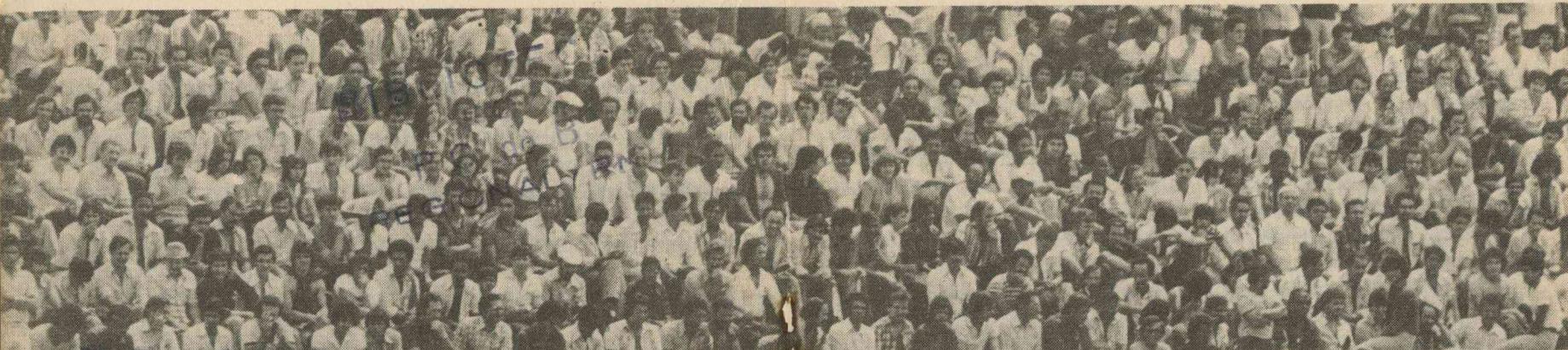
De grande valia para a mobilização e a luta das massas e para o fortalecimento dos sindicatos são as organizações de empresa ou de local de trabalho. O governo e os capitalistas, conhecendo a força em potencial que elas representam, procuram impedir a sua criação e o seu funcionamento. Usam de todos os recursos, entre os quais o mais comum é a rotatividade da mão-de-obra, com a dispensa dos operários mais ativos, no intento de dificultar a realização dessa tarefa. Contudo, é preciso executá-la, de vez que somente assim os trabalhadores estarão em condições de cerrar fileiras em torno de seus interesses de classe.

As Comissões de Empresa, assim como as delegacias sindicais, asseguram a continuação da luta em quaisquer circunstâncias. O governo ainda pode intervir nos sindicatos, afastar seus dirigentes. Mas não pode intervir no conjunto da empresa e destruir a organização de massas, em especial se esta for bastante sólida e contar com o apoio dos trabalhadores.

A criação dessas Comissões devem ser bem planejadas, levando-se em conta a realidade existente. Não devem ser confundidas com a organização partidária (a célula de empresa) cuja composição inclui apenas os comunistas, tendo por função orientar e dirigir política e ideologicamente o proletariado. As Comissões de Empresa são organizações de massas, amplas, que cuidam, no plano da fábrica, dos interesses gerais e específicos dos trabalhadores. Em certos lugares, elas têm condições de ser legais, fundadas no recinto do sindicato ou durante uma greve. Noutros, serão semi-legais. Suas direções, em vários casos, não precisam ser conhecidas publicamente a fim de evitar perseguições. Tanto quanto possível devem ser unitárias, englobando os que trabalham na empresa. As seções de fábrica, quando numerosas, exigem igualmente sub-Comissões. A luta em favor do reconhecimento das Comissões de Empresa pelos patrões e pelo governo será permanente.

3ª - A DEFESA DA UNIDADE SINDICAL

O Partido julga da maior importância a luta pela unidade sindical. A força da classe operária reside em sua coesão. Somente unido o proletariado é forte e se acha preparado para enfrentar a burguesia e o seu poder reacionário.



TRABALHADOR UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

REGIÃO DO
PC do B
REGIONAL / RN

DO
PC do B
REGIONAL



Muitas das dificuldades da luta atual provêm da divisão dos trabalhadores em setores estanques. Embora vivendo os mesmos problemas, os proletários não atuam sintonizados, o que permite à reação atacá-los por partes. A falta de unidade sindical restringe a mobilidade da classe operária quando em ação, entrava o lançamento de todo o peso de sua força contra os exploradores.

Sem dúvida, a conveniência da luta de classes reclama do proletariado unidade dentro da fábrica, unidade no sindicato, unidade da categoria profissional ou do ramo de produção, unidade sindical em cada cidade, Estado e no país.

Esta unidade tem de ser construída com perseverança e amplitude. Não é um somatório das várias tendências de cúpula, que pretendem representar o proletariado. Seu referencial é a base, as massas, e o seu intuito é fazer avançar o movimento operário. Realiza-se na fábrica, quando agrupa indistintamente todos os que aí trabalham, salvo aqueles que se colocam a serviço dos patrões e de suas artimanhas antioperárias; efetua-se no sindicato, quando congrega a massa dos associados, com exceção das pelegos, dos provocadores, dos oportunistas inveterados, divisionistas na prática.

O movimento sindical é o campo de luta dos trabalhadores em geral. Neste campo, cabe ao proletariado não só conseguir a sua própria coesão mas igualmente, com base nesta, aglutinar em torno de si as demais categorias de trabalhadores, aumentando sua força política e assumindo, praticamente, também neste campo, seu papel dirigente das amplas massas.

Na elaboração de chapas para concorrer às eleições sindicais, como na composição das Comissões de Reivindicações, ou com outras finalidades, é obrigatório considerar o fator unitário. Conquanto não existam estratificadas na classe operária tendências políticas definidas, há, entre as massas, diversidade de opiniões, lideranças naturais reconhecidas, elementos de maior prestígio junto aos companheiros, pessoas interessadas em fortalecer a entidade de classe, etc. Assim, a constituição de órgãos de funções coletivas deve expressar essa realidade, incluindo os que se empenham na luta e tendem para a unidade. O exclusivismo não se justifica.

A unidade, no entanto, não deve ser encarada de maneira for-

mal e parada, unidade simplesmente para a defesa das reivindicações econômicas, ainda que tal defesa exige união. Ao propagar a unidade em todos os níveis, como fator de educação, mobilização e coesão das massas, os comunistas não esquecem que a verdadeira unidade da classe operária, em plano superior, é aquela que se efetua tendo por base seus interesses de classe social em luta contra a burguesia e pela completa emancipação dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo que se luta para unir a classe operária na fábrica e nos sindicatos, é necessário desenvolver esforços pela unificação de todos os sindicatos. A tradição do movimento sindical brasileiro aponta como positiva e oportuna a criação de organizações intersindicais em um ou vários municípios e no Estado. Sua função é coordenar a atuação dos sindicatos com vistas à ação comum. As federações sindicais poderiam, em certa medida, desempenhar essa função. Contudo, não são bastante amplas nem democráticas e encontram-se, ainda mais do que os sindicatos, dominadas por pelegos e agentes ministeriais. É necessário procurar formas de contato permanente ou mesmo esporádico em cada cidade ou Estado, contornando as restrições vigentes. Existem possibilidades de encontrar solução para tal atividade, sempre que haja tarefas de interesse geral: um ou vários sindicatos, por exemplo, podem propor a outros a realização de encontros com a finalidade de debater questões concretas, preparando, desse modo, o ambiente para estabelecer a unidade de ação.

Em vários Estados surgem diversos tipos de movimentos de unificação dos sindicatos em escala estadual. No Rio Grande do Sul, há a Coordenação Sindical; no Ceará, a Frente Sindical; no Maranhão, a Intersindical; em outros Estados, a Unidade Sindical. Distintas iniciativas, como Pactos de Ação Comum objetivando a luta por determinadas reivindicações, poderão aparecer. Ainda que com denominações diferentes, todos esses movimentos pretendem reforçar a unidade nos planos municipais, zonais e estaduais, o que indica ser possível efetivar essa tarefa unitária. Os comunistas precisam ajudar a desenvolver, sem sectarismo, tais iniciativas, de maneira que sirvam à unidade combativa do proletariado. Não se justifica a recusa em participar desses

movimentos por haver neles pelegos. Tal como nos sindicatos, aí também travamos a luta para isolá-los e derrotá-los sempre que dificultem ou intentem impedir a ação vigorosa e conjunta das massas trabalhadoras.

É necessário, igualmente, desenvolver a união em escala nacional. A unidade sindical se concretiza quando os trabalhadores conseguem construir uma organização única no plano de todo o país ou agrupar as diversas organizações nacionais sob uma só orientação. Desde há muito luta-se no Brasil por uma entidade nacional unitária. Porém, todas as tentativas feitas nesse sentido foram esmagadas pela reação. Mas o sentimento persiste porque o proletariado necessita (hoje, mais do que antes) unificar sua atividade classista a fim de opor à frente unida da burguesia e do seu Estado reacionário uma poderosa frente de ação comum. Esta frente seria a central única — a Confederação Única dos Trabalhadores. A CUT é uma grande bandeira de luta pela unidade sindical.

Iniciativas diversas poderão contribuir para avançar nesse rumo. Os Encontros, os Congressos, os Seminários, quando representativos, facilitam a aproximação entre os trabalhadores dos diferentes Estados. Também a realização de Jornadas Sindicais Unitárias em esfera nacional. Há várias reivindicações comuns que precisam ser coordenadas e incentivadas. Entre estas, a semana de 40 horas, já em vigor em muitos países; o fim das intervenções nos sindicatos; o respeito ao direito de greve sem exclusões; a estabilidade no emprego; o salário mínimo igual em todo o país; o repúdio à reformulação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em andamento no Congresso, ligado à luta por um novo Código do Trabalho democraticamente elaborado com a participação direta dos operários; a defesa de dirigentes sindicais e operários perseguidos e enquadrados na Lei de Segurança, etc. No presente momento, destaca-se a luta contra o desemprego e pelo seguro-desemprego à custa dos patrões e do governo; e a luta contra o rebaixamento salarial: o salário dos novos contratados não pode ser inferior ao dos que foram dispensados do serviço. Quem deve pagar a crise são os capitalistas e não os trabalhadores. São reivindicações que transformadas em campanhas nacionais de todos os sindicatos e categorias profissionais poderão

determinar vigorosos movimentos classistas no país, abrindo caminho para a unificação da classe.

Até há pouco, realizou-se uma tentativa de aglutinação dos sindicatos em âmbito nacional por uma entidade denominada ENTOES. Por sua estreiteza política e concepção paralelista de atuação sindical isolou-se e perdeu toda e qualquer influência. Embora tenha levantado algumas questões de interesse geral e propagandístico não vingou, porque não será com tais concepções e métodos que se atingirá a unidade do proletariado no terreno sindical.

4ª - A LUTA PELA LIBERDADE E AUTONOMIA DOS SINDICATOS, CONTRA A ESTRUTURA SINDICAL FASCISTA

Os comunistas dão atenção particular à luta pela liberdade e autonomia dos sindicatos, contra a estrutura sindical fascista que combatem desde sua implantação. Consideram essa luta inseparável do combate por melhores condições de vida e de trabalho, pelos direitos da classe operária. Subordinados à estrutura fascista, os sindicatos encontram sérios empecilhos em seu caminho para mobilizar as massas e cumprir sua função social.

Objetivando organizar eficientemente a luta contra a exploração capitalista, o proletariado precisa de sindicatos livres, autônomos, dirigidos por seus representantes escolhidos democraticamente e sem interferência ministerial. Aos próprios trabalhadores compete determinar a estrutura sindical, elaborar os estatutos, aplicar da maneira que julgarem conveniente os recursos financeiros da associação, eleger e destituir diretorias, criar entidades de nível superior, decidir da filiação às organizações similares no plano mundial. São eles, através de seus sindicatos livres, que devem negociar acordos com os patrões ou decidir da oportunidade da greve e de outras formas de luta e resistência. Ao Estado não cabe interferir, sob nenhum pretexto, na forma de organização, no funcionamento, na deliberação das entidades sindicais.

A estrutura atual data da época do Estado Novo. Não corresponde às necessidades nem aos interesses fundamentais da classe operária. Submete o sindicato ao controle estatal através, princi-

palmente, do Ministério do Trabalho. Por meio do enquadramento sindical divide e subdivide as categorias profissionais, cria federações e confederações estanques — viveiros de pelegos e burocratas. Obriga ao estatuto padrão do Ministério do Trabalho. Os operários são privados do direito elementar de determinar a forma e as normas de atuação de suas associações de classe. No âmbito dessa estrutura, os sindicatos são peças da máquina do Estado burguês, o que provoca o esvaziamento da vida sindical, e contribui para o aparecimento da burocratização e peleguismo.

Enquanto permanecer esta estrutura, todo o empenho dos trabalhadores em conquistar os sindicatos e manter à sua frente diretorias autênticas, que interpretem as suas aspirações, será inconsistente. O Ministério do Trabalho a qualquer momento e sob alegações infundadas pode intervir na entidade, depor a direção e nomear interventores. Além disso, as diretorias honestas e representativas, por mais combativas que sejam, estão subordinadas às restrições da CLT, não podem sair dos limites impostos pelo sistema oficial, sob pena de perder o mandato. Por isso, a conquista do órgão de classe, com a derrota dos pelegos, deve ser compreendida como apenas um passo adiante na luta contra a estrutura fascista, pela liberdade e autonomia dos sindicatos, antiga aspiração do proletariado brasileiro que quer e precisa construir um movimento sindical independente dos patrões e do governo.

Ao lutar pela liberdade e autonomia dos sindicatos, os trabalhadores devem defender, ao mesmo tempo, a unidade. O pluralismo no terreno da organização sindical divide artificialmente a massa operária, quebra sua força de coesão. A criação de sindicatos subordinados a determinadas correntes políticas ou religiosas não se justifica. Como órgãos de massas, os sindicatos têm caráter social e não político-partidário ou religioso. Ainda que os operários tenham religiões diversas, ou não tenham qualquer religião, e mesmo que professem opiniões políticas variadas, todos são vítimas da mesma exploração, todos são escravos do capital, todos sofrem as conseqüências da crise e dos regimes políticos antioperários. Existe assim a base comum para a organização unitária da classe operária. Somente os agentes da burguesia se opõem à unidade e se esforçam por dividir e manter divididos os trabalhadores.

Um só sindicato por setor profissional ou ramo de produção, uma só federação por ramo de produção, uma só confederação nacional — este o princípio básico que deve nortear a organização de classe. Sindicatos livres, mas unitários, com ampla democracia sindical que signifique o respeito às manifestações das diferentes opiniões nas assembléias e reuniões operárias, o direito de combater a burocratização, a inoperância, o peleguismo, e que assegure a apresentação e o amplo debate de propostas e sugestões dos associados, tendo em vista garantir a unidade de ação.

5ª - O FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL NO CAMPO E SUA VINCULAÇÃO COM O MOVIMENTO SINDICAL DAS CIDADES

O reforçamento do movimento sindical no campo contribuirá enormemente para revigorar a unidade do proletariado. No campo existem milhões de assalariados agrícolas. É um setor cuja organização, relativamente nova, apresenta grande combatividade e espírito de luta. A reação, em todo o país, sempre procurou impedir ou dificultar a união combativa dos trabalhadores rurais, utilizando não só a repressão, como certos setores reacionários do clero, particularmente no Nordeste. Os comunistas têm o dever de ajudar a organizar esse movimento e buscar dirigir as lutas nas áreas interioranas.

O número de sindicatos rurais cresceu nestes últimos anos. Em 1964, havia 400; em 1979, 2.785. Apresentam características diferentes das das cidades. Muitos deles englobam assalariados agrícolas e camponeses pobres. Têm problemas distintos dos enfrentados pelos trabalhadores urbanos. A estabilidade no emprego, por exemplo, não é uma reivindicação em pauta, porque os assalariados agrícolas, de modo geral, não são permanentes. Os trabalhadores rurais não estão sujeitos ao Imposto Sindical. No Norte e Nordeste, onde os sindicatos rurais vêm adquirindo um peso político cada vez maior, a massa dos sindicalizados e portanto as características e lutas são de fato camponesas: reforma agrária, garantia de posse da terra, condenação da grilagem, cumprimento do Estatuto da Terra, etc. Abraçam, entretanto, junto aos sindicatos urbanos, com facilidade, a defesa da unidade sin-

dical e da liberdade e autonomia sindical, além das bandeiras políticas gerais.

Numerosas são as reivindicações, decorrentes das péssimas condições de trabalho, dos salários baixos, dos transportes perigosos e incômodos, da alimentação precária, do roubo na medição das tarefas realizadas. A previdência social e a obtenção de pequenas áreas para o plantio familiar são exigências constantes no campo.

O homem do interior não conhece bem os direitos que lhe assistem. A organização sindical é ainda deficiente, as assembleias reúnem poucas pessoas, embora outros atos por ela convocados tenham grande afluência popular. O movimento contra o peleguismo e os aproveitadores (presentes sobretudo nas federações agrícolas) e para colocar os sindicatos em mãos dos próprios trabalhadores é uma tarefa necessária a fim de que as deficiências sejam superadas e os sindicatos possam realizar uma atividade mobilizadora e educativa das massas.

O movimento sindical das cidades precisa ajudar a desenvolver o sindicalismo no campo. A ida de elementos ao interior para orientar os trabalhadores rurais a encaminhar seus problemas, a participação nas concentrações de massa convocadas pelas entidades agrícolas, os encontros sindicais entre proletários urbanos e rurais são formas de aproximação e de ajuda mútua.

6ª - O ESTÍMULO À LUTA POLÍTICA NO MOVIMENTO OPERÁRIO

O Partido defende a ampla atividade política das massas. O movimento operário não pode restringir-se à luta sindical propriamente dita e às reivindicações econômicas, por mais importantes que sejam. Inclui necessariamente a ação política na qual se decide, em última instância, os problemas fundamentais da classe operária. Os sindicatos, como organizações de massa, não fazem política partidária burguesa; mas devem fazer obrigatoriamente política proletária de classe. Um movimento sindical apolítico é, no essencial, um movimento castrado, a serviço do capitalismo.

O governo proíbe a atividade política no movimento sindical e no movimento operário em geral. Segundo ele, os sindicatos deveriam cuidar apenas das questões salariais e das condições de trabalho e recreação; a política caberia aos partidos. Mas o fato é

que os partidos são somente aqueles permitidos pelo governo militar. Ao proletariado é negado o direito de legalização de seu partido de classe, o Partido Comunista do Brasil. Os pelegos e outros agentes patronais também procuram enganar a classe operária afirmando que política é negócio dos políticos, não interessa aos trabalhadores. No entanto, a política está no centro de todos os problemas relacionados com a luta do proletariado, como a realidade o demonstra. Tanto o regime atual como os pelegos, ao se oporem à atividade política dos assalariados, estão realizando política, mas a política da burguesia que pretende manter os operários marginalizados a fim de exercer, sem maiores tropeços, sua dominação de classe.

Não há dúvida de que a situação atual da classe operária decorre em grande parte da política posta em prática pelos generais. Eles imprimiram à nação diretrizes econômicas, sociais e políticas catastróficas. Sua orientação é acompanhada de repressão e arbítrio. Atacam as greves, intervêm nos sindicatos, enquadram lideranças sindicais na Lei de Segurança, assassinam grevistas, proíbem assembléias e demonstrações de rua, fixam salários de fome, entregam o país ao capital estrangeiro. Acaso tudo isso não é política? Interessa ou não aos operários, aos sindicatos?

O proletariado pretende que o país se oriente, de imediato, por normas e princípios democráticos. E para isto é necessário que a política não seja obra dos políticos burgueses e latifundiários, civis ou fardados, nem dos agentes do capital estrangeiro, mas principalmente obra dos que trabalham e constituem a maioria da nação. Os produtores da riqueza não querem somente melhoria salarial — logo anulada pelo aumento do custo de vida ou pelo rebaixamento do salário através da rotatividade —, não desejam apenas melhores condições de trabalho ou pequenas concessões no campo sindical e na legislação trabalhista. Aspiram à liberdade política mais completa possível a fim de conquistar posições favoráveis ao seu desenvolvimento como classe, rumo ao socialismo.

O proletariado deve participar ampla e organizadamente de todo movimento político em curso, exigindo liberdade e a liquidação do regime militar, protestando contra a carestia, recla-

mando a derrogação das Leis de Segurança e Antigreve, a dissolução dos aparelhos repressivos que, hoje, acionam o terrorismo, clamando por eleições livres em todos os níveis, pela reforma agrária, pela defesa da Amazônia e por muitas outras reivindicações do povo. Na ação política, o proletariado expressará também a sua solidariedade e o seu apoio à luta dos trabalhadores de outros países e dos povos por sua libertação e seus direitos.

Somente com a mudança radical da política vigente, mudança na qual o proletariado tem o dever de tomar parte e dirigir, é possível liquidar em definitivo a velha estrutura sindical fascista, conquistar a liberdade e autonomia dos sindicatos, estruturar um novo código do trabalho que registre as conquistas sociais de nossa época. Ainda que se possa obter, na atualidade, êxitos parciais na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, é absurdo alimentar ilusões de que, nos marcos do regime existente, se consigam as modificações profundas que a classe operária reclama.

7ª - A PARTICIPAÇÃO DO PROLETARIADO NA CONSTRUÇÃO DA FRENTE DEMOCRÁTICA E DA UNIDADE POPULAR

Os comunistas julgam fundamental que o movimento operário se empenhe ativamente na construção de uma frente democrática e da unidade popular, cujo objetivo é a derrocada do regime militar e a conquista da plena liberdade.

Falar em fazer política e não considerar como tarefa de primeira ordem medidas imediatas do proletariado na construção dessa frente seria incoerência e oportunismo. Os trabalhadores são a força mais interessada na realização dessa tarefa. São eles que devem dar os passos necessários à sua concretização. Nenhum outro setor da população tomará semelhante iniciativa. A classe operária não pode ficar, na questão da frente única, a reboque das forças democráticas das classes dominantes.

A estruturação da frente e a efetivação de suas metas é a alternativa ampla e democrática mais justa do momento atual para livrar o país do regime antinacional e antipopular que perdura há dezessete anos. Ela permite aos trabalhadores jogar papel destacado nos acontecimentos políticos, põe a iniciativa nas mãos das forças populares.

A unidade popular na qual essa frente se deve alicerçar será construída com a unificação de todos os movimentos democráticos de massas — dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das mulheres, etc. Os sindicatos ou outras organizações populares poderão tomar as medidas iniciais de tal unificação, contanto que esta seja bastante representativa, não só no plano municipal como estadual e no nacional, e tenha por base uma plataforma comum que inclua as principais exigências das massas.

Ao movimento de unidade popular, em conjunto com os setores democráticos, cabe tomar parte nos acontecimentos políticos em curso, defendendo a mais ampla liberdade e o fim do regime militar, pleiteando reivindicações sentidas, reclamando a liquidação de todas as leis arbitrárias e a convocação, por um Governo Democrático e da Unidade Popular, de uma Assembléia Constituinte livremente eleita.

A proposição de um governo das forças democráticas e da unidade popular, em relação com a criação da frente, justifica-se plenamente. A questão central da política é o Poder, isto é, nas mãos de que classes ele se encontra e para que classes e camadas sociais deve passar. O movimento amplo que se desenvolve no país objetiva substituir o poder atual — da grande burguesia, dos latifundiários e do capital estrangeiro — por um governo provisório do qual participem setores das classes dominantes contrários ao regime militar e de posições democráticas, e as forças populares unificadas, atuando de maneira independente. Sua tarefa é assegurar a liberdade, liquidar as leis antidemocráticas, adotar medidas de emergência para melhorar a situação dos trabalhadores e do povo e convocar uma Assembléia Constituinte. A participação do proletariado e das massas populares nesse governo tem por finalidade obrigá-lo, desde cima e articulado com a pressão de baixo, a cumprir o programa democrático da Frente. Tais conquistas criam as condições para o fortalecimento da organização e da unidade da classe operária, permitem elevar sua consciência política, favorecem a arregimentação de seus aliados fundamentais visando alcançar um regime de democracia popular, objetivo que persegue como solução dos graves problemas que o Brasil defronta.

8.^a - O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CLASSISTA DO PROLETARIADO

Os comunistas estimam de grande valia e consideram necessidade urgente o desenvolvimento da educação classista do proletariado. Para cumprir suas tarefas, reforçar suas fileiras e derrotar seus piores inimigos, a classe operária precisa elevar o nível de sua consciência política e revolucionária.

São inúmeras as tendências errôneas que proliferam entre os trabalhadores. E embora sentindo a exploração feroz do capitalismo, a maioria dos proletários não se dá conta da natureza mesma desse sistema, essencialmente espoliador e opressor, cujo fim é o lucro, e que só tem uma forma de se manter e crescer: intensificando e ampliando o trabalho assalariado. Se é certo que o crescimento do proletariado e sua concentração em grandes empresas possibilitam o despertar da consciência de classe, tem-se de considerar o fato de que esse aumento rápido incorporou à classe operária importantes contingentes de trabalhadores com mentalidade camponesa ou de origem pequeno-burguesa, portadores em geral de idéias estranhas, desvinculadas dos interesses do proletariado.

Os capitalistas levam vantagem, no decurso da luta de classes, se encontram os operários despreparados e desorganizados. Quanto mais esclarecidos estiverem os trabalhadores, mais firmes, unidos e decididos serão eles para enfrentar a burguesia. Relativamente baixo é ainda o seu nível de consciência de classe. Em muitas assembléias sindicais os operários sentem até mesmo dificuldade para falar em público e às vezes se desinteressam de participar dessas assembléias. Daí resulta a fraqueza da organização e da mobilização de massas.

É necessário combater as tendências errôneas e ajudar os operários a distinguir o caráter burguês de tais tendências. É preciso educá-los na compreensão do verdadeiro significado da luta de classes, do papel do proletariado na sociedade contemporânea, instruí-los no princípio de que a emancipação da classe operária é obra dos próprios operários, virá de suas mãos e não da boa vontade dos governantes ou de salvadores supremos.

A educação da classe operária se faz, essencialmente, com a

propaganda do socialismo científico, caminho da sua emancipação social. A idéia socialista, a consciência socialista, deve ser levada às massas de maneira ampla e sistemática, em ligação com os problemas concretos da exploração capitalista. É a base fundamental da educação de classe.

A divulgação em forma acessível aos trabalhadores, dos princípios do socialismo, através de palestras, de leitura conjunta, de seminários, de debates sobre temas específicos, desempenha papel positivo na instrução do proletariado. Também a difusão da experiência internacional, da marcha da revolução social, da edificação do socialismo, contribui para ampliar o horizonte dos operários e despertar seu interesse pelas questões relativas à construção de uma nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem. Na realização dessa atividade educativa, iniciativas como o Centro de Cultura Operária podem representar papel positivo, desde que se voltem para as massas, atraiam os ativistas do movimento operário e lhes transmitam conhecimentos indispensáveis à sua formação classista.

Os sindicatos, na medida em que se renovam e se tornam organizações de massas, podem organizar também debates, cursos e conferências a fim de melhorar o nível de conhecimento dos trabalhadores, tendo em conta que a maneira melhor de educar é na própria luta, utilizando a experiência vivida pelas massas. Os trabalhadores precisam inclusive aprender a expor e a defender suas idéias, a sustentar e fundamentar suas reivindicações, a conhecer seus direitos.

Em resumo: a intensificação da luta do proletariado, o fortalecimento da organização de massas dos trabalhadores, a defesa da unidade sindical, a luta pela liberdade e autonomia dos sindicatos e contra a estrutura sindical fascista, o desenvolvimento do movimento sindical no campo, o estímulo à luta política no movimento operário, a participação do proletariado na construção da frente democrática e da unidade popular, o impulsionamento da educação classista do proletariado constituem as tarefas atuais dos comunistas no movimento operário, tarefas que são também da classe operária para fazer frente à ofensiva patronal e governamental e avançar na consecução de seus objetivos maiores.

Estes oito pontos concretizam a política de massas do Partido entre os trabalhadores.

Tais pontos devem ser encarados como um todo, não podem ser separados uns dos outros mecanicamente. São tarefas interligadas que precisam ser levadas à prática simultaneamente. A luta pela elevação dos salários, por exemplo, é inseparável do combate ao peleguismo, do fortalecimento da entidade sindical, da criação das Comissões de Empresa, etc. Estes oito pontos são elos de uma cadeia que conduz ao aprofundamento da luta e da consciência revolucionárias dos trabalhadores, alçando a um novo nível a atuação do proletariado enquanto classe social no panorama político brasileiro.

VI - MELHORAR A ATUAÇÃO DO PARTIDO PARA O CUMPRIMENTO DE SUAS TAREFAS

O papel do Partido Comunista do Brasil é decisivo no avanço e na transformação do movimento proletário. Unicamente sob a influência ideológica e política do PC do Brasil os trabalhadores estarão aptos a vencer todos os estorvos e a orientar-se de maneira justa no caminho de sua emancipação.

O movimento operário apresenta dois aspectos: o espontâneo e o consciente. O espontâneo resulta do agravamento das contradições sociais, é a expressão do estado de espírito das massas face à exploração e à opressão. Manifesta-se nas ações mais diversas, desde o simples protesto contra uma injustiça qualquer até as greves de maior repercussão e os levantes populares. O movimento consciente reflete esse estado de espírito, apoiado, porém, no conhecimento das leis do desenvolvimento da sociedade, no domínio da correta condução da luta de classes. Quem representa a consciência do movimento operário é o Partido Comunista, armado da teoria revolucionária de vanguarda e possuidor de rica experiência de luta. Ao Partido cumpre dirigir o movimento espontâneo das massas.

Precisamente por isto, o proletariado necessita voltar-se para o seu autêntico partido, o Partido Comunista do Brasil, agrupar-se sob a sua bandeira. E o Partido deve esforçar-se por se vincular, cada vez mais, à classe operária a fim de estender sua influência no seio das massas, dirigir suas lutas, dar a conhecer aos trabalha-

dores sua política e seus objetivos, e participar da vida e das preocupações do proletariado.

As tarefas do Partido exigem seu crescimento na classe operária. E as condições são favoráveis a esse crescimento. Surgem por toda a parte, na cidade e no campo, valentes e abnegados lutadores, homens e mulheres que despertam para a luta social. Trazê-los às fileiras comunistas é uma tarefa essencial. Quanto maior for o ingresso de operários no Partido, mais ele reforçará sua composição social a qual precisa ser eminentemente proletária; quanto mais a vanguarda se vincular com a classe que representa, melhor contribuirá para fundir o socialismo científico com o movimento operário. Trata-se, porém, de reforçar não apenas sua composição social mas igualmente de organizar-se nas fábricas, em particular nas grandes empresas, onde se encontra o centro vital da luta de classes. Centenas de células do Partido nas empresas constituem a base fundamental da sua organização.

Ao aplicar sua orientação no movimento sindical e no de massas em geral, o Partido, unindo-se à classe que lhe dá origem, busca ensinar, mas também aprender, dizer o que julga oportuno, mas também ouvir a opinião das massas. Convencer com argumentos, sem querer impor seus pontos de vista. É necessário que os comunistas se voltem menos para as cúpulas e mais para as bases, para as massas, trabalhando amplamente com operários e camponeses, respeitando e valorizando suas iniciativas, demonstrando confiança neles, sem subestimar no entanto o trabalho junto aos dirigentes sindicais. Presentemente, é mister desenvolver a ampla mobilização dos trabalhadores, sua ativação sindical em torno de reivindicações gerais e específicas, incentivar sua participação na vida política, sua unidade inquebrantável. Por isso faz-se necessária a estreita ligação dos comunistas com as massas, fundamentalmente pela base.

Na luta pela unidade, os comunistas precisam distinguir entre os agentes do governo e serviços da burguesia no movimento operário e aqueles elementos atrasados, pouco ativos, mas que não são inimigos. Aos primeiros, há que desmascarar e isolar; aos outros, há que ganhar ou neutralizar. Mesmo quando se trata de um pelego, porém com influência de massas, o seu desmascaramento tem de ser feito na ação, onde ele acaba revelando-se de corpo inteiro como adversário da classe.

Tarefa que também reclama atenção é o exame equilibrado dos resultados das eleições sindicais, para tirar experiência que ajude a avaliar em que medida foram ou não justas as posições adotadas pelos comunistas nesses pleitos. No período posterior às eleições, sobretudo se a chapa vitoriosa contou com o apoio do Partido, deve-se acompanhar de perto a atividade do sindicato a fim de estimular sua atuação de massas em defesa dos trabalhadores. É imprescindível que os comunistas tomem nesse terreno o máximo de iniciativa, frequentando regularmente a entidade de classe e ajudando o desenvolvimento da vida sindical.

O Partido deve manter-se em guarda tanto contra as tendências de direita como contra o sectarismo. Seria um erro limitar-se às pequenas reivindicações ou à atividade puramente econômica e cultural-recreativa sem se preocupar em auxiliar os trabalhadores a perceber todo o quadro da luta que têm diante de si, a progredir no caminho de sua libertação, a incrementar sua combatividade. Contudo, é conveniente a cada momento considerar o nível de consciência das massas para não cair no subjetivismo e nas ações sem respaldo dos trabalhadores. Isto se dá, principalmente, com os elementos imbuídos de sectarismo. Eles se satisfazem com a atividade do pequeno grupo, desligados das massas. Não têm confiança nos proletários nem encaram a unidade como um processo que leve em consideração a correlação de forças num momento dado. São pela unidade apenas com os que pensam como eles. E assim o Partido se isola, resvala para o imobilismo, perde a perspectiva. O papel da vanguarda é fazer o proletariado avançar através da complexidade da luta e sob a sua influência ideológica.

Tudo isto faz parte do esforço para dominar e aplicar com justeza a política de unidade no seio da classe operária traçada pelo PC do Brasil. Política que será vitoriosa se o Partido, em seu conjunto, tomar em suas mãos as tarefas aqui indicadas e levá-las à prática com audácia.

O movimento operário ergue-se com vigor crescente. Uma nova e grande fase abre-se na luta do proletariado brasileiro, decidido a vencer as forças reacionárias e a contribuir para a transformação da sociedade. Historicamente, o Brasil marcha para o socialismo.

103111816
00
P C do B
REGIONAL/RN

BIBLIOTECA
DO
P C do B
REGIONAL/RN

BIBLIOTECA
DO
P C do B
REGIONAL

103111816